

ISSN 0101 708X

GBOLETIM GOIANO *de* Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 23 - Nº 1 - JAN./ JUN. 2003

Nota

NOTA

A CIDADE DA FALTA: TÓPICOS EXPLICATIVOS PARA ENTENDER O AMBIENTE DA COLÔNIA SANTA MARTA (GOIÂNIA-GO)

Eguimar Felício Chaveiro*

Introdução

Quem vai de Goiânia a Senador Canedo, dirigindo-se a leste, defronta-se com um marco de identidade histórica na paisagem da metrópole goianiense: a Colônia Santa Marta. Ela se evidencia como registro paisagístico não apenas por ser um hospital-asilo da comunidade de hanseníase, mas especialmente por se localizar num *degradé* morfológico em que se situam, numa escala vertical, o Morro da Bruaca, com forte efeito de perspectiva sobre a capital goiana, o espaço multifacético da colônia e, na cota inferior, o Rio Meia Ponte, serpenteando-se numa meandração exuberante.

Protegida pelo Bruaca e circundada pelo Meia Ponte, a comunidade de hanseníase tem recebido, nas duas últimas décadas, novos vizinhos: vilas populares entre o município de Senador Canedo e o de Goiânia, que aproveitam o baixo custo dos terrenos, e condomínios fechados luxuosos, que aproveitam a exuberância do relevo. O crescimento da cidade na direção leste e a sua imensa área verde transformam o ambiente da colônia num foco de ameaça, em virtude das constantes promessas de ocupações, bem como da instalação de presídios e lixões.

O contraste entre a riqueza ambiental que salvaguarda e o flagelo de uma percepção de que ali é um território da “falta”, do fora e do dever do distanciamento faz com que a comunidade e a Colônia se vejam abaladas por duas forças: pelos que vêem o seu ambiente como território de um “isolamento necessário” e pelos que a vêem como a integração lucrativa. Diante dessa pressão socioespacial, o que fazer?

Com o objetivo de refletir sobre essa situação, atribuindo à Colônia a alcunha

* Membro da Sociedade Civil Sócio-Ambientalista Jacarandá da Pedra e do grupo “Arte do Afeto-Artefato de Subversão”; professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

de “cidade da falta”, apresentaremos uma interpretação desse fato na perspectiva de multiplicar o debate em torno dele, permitindo o vínculo fundo – e pro-fundo – com a cidade e sua riqueza humana e ambiental.

Deve-se ressaltar que as reflexões inclusas neste texto advêm de duas experiências complementares nossas: o estudo feito nos últimos dez anos sobre o espaço da metrópole goianiense e a nossa experiência no seio coletivo junto a atores e agentes do movimento social organizado, especialmente junto aos membros da Sociedade Civil Sócio-Ambientalista Jacarandá da Pedra, nos últimos dois anos.

Aglutinar a interpretação teórica com sua ambição universalizante à ação pontual do ambiente da Colônia na construção da cidadania ativa – efetiva e afetiva – é o que motiva e exige clara exposição do que se segue.

A cidade e o homem: vida e espaço

Valendo-se da lição de Morin (2001, p. 11) e de um tema tão bem interpretado pelos geógrafos do Movimento de Renovação Crítica, deve-se pensar todo e qualquer espaço a partir de um simples pressuposto: o homem. Homem, que homem? Homem, mulher, criança, incluídos, excluídos, instituídos, destituídos, negros, brancos, representantes, representados, velhos e novos, performáticos, resignados, gays, machões, trabalhadores, parasitários, ricos, doentes, poetas e uma série infinita de identidades de uma “cartografia ontológica de sujeitos da metrópole”. Mais que constatar o homem na sua multiplicidade, nos seus paradoxos em devir e em suas contradições e conflitos sociais, dever-se-ia perguntar: quem é o homem? Que homem?

A palavra “homem” deriva-se de *humus*, aquilo que fertiliza a terra. Filho dela, dentro dela, intercambiando forças e formas, o homem é o *humus* que a fecunda em ação constante. O homem é o que fecunda o ambiente, filho dele, dentro dele, num jogo incessante de câmbios – e de intercâmbios – com tudo que existe dentro e fora de si.

Mas deve ser pontuado: os outros animais são o que são, podem ser considerados puros e completos, não estão além ou aquém de seu espaço e de seu tempo, são guiados pelo modelo simples da repetição instintiva. O homem – *humus* – não. Ele é impuro, incompleto; ele é a falta do que registrou como desejo, do que roga às suas intenções; é também aquilo que recebe como carga

histórica que o diferencia entre classes, cores, sexo, etnia.

No devir, o homem afirma-se, inclusive, em decorrência da falta, dessa que o abate e o motiva, que o faz ser o que ele mesmo representa na sua auto-imagem ou dos golpes que o olhar do “outro” lhe desfere. Ele é o estatuto do que apresenta, mas também o labirinto do inconsciente, do que esconde e foge; é a somatória zigzagueante de todos os tempos: do passado e do presente, do que pensa do futuro e de todas as balizas, as quais lhe põem devoções, apetites, crenças, valores e ideologias.

A pergunta é: como esse indivíduo que é, pelo que apresenta e também pelo que falta, filho e pai do ambiente, se estrutura na cidade atual? Ou, como a cidade atual – o ambiente citadino – influencia na vida humana? A pergunta pode ser: pode haver cidade completa fecundada pelo homem da “falta”? Ou, como o ser humano atual, ente histórico, consagra o seu devir no devir do espaço da metrópole?

A cidade da falta no útero da metrópole

Goiânia é uma metrópole. Isso por si só já esclarece: é uma cidade que transborda no seu entorno, num cruzamento de energias e matérias dos mais variados tipos entre os seus bairros e a população do entorno. É um espaço que tem uma grande função regional, participando de funções políticas, sociais e econômicas de todo o território da região Centro-Oeste. Tem o seu espaço intra-urbano recheado de fluxos com ritmos, cores e volumes diferenciados. Possui uma organização espacial e ambiental complexa, pois, como metrópole, tem o dever de atualizar o lugar no tempo do mundo, embora não seja capaz de extinguir o tempo do lugar. É, assim, um espaço da tradição que insiste em existir e da inovação que luta por hegemonizar. Mudada e mutante, aglutina agentes, variáveis, tempos e espaços os mais sofisticados e os mais simples, o que lhe gera uma cartografia subjetiva fragmentada, díspar, polifônica. Exige muito do seu gestor, especialmente porque há, recorrente, uma zona de tensão entre o domínio público e a força privada no controle dos espaços metropolitanos e em suas tendências.

Ora, vendo Goiânia como metrópole não apenas conceituada, mas vivida e concebida por um conjunto enorme de corpos e de olhos, pode-se afirmar que, de todos os sistemas espaciais da história humana, desde as cavernas primitivas, passando pelas palafitas, pelas ocas, aldeias, pólis, urbes medievais até à cidade moderna, o atual regime espacial citadino é o mais complexo e o aquele a “falta” brada com mais vigor e sangue, com maior grito e decisão sobre a produção do

homem e suas possibilidades.

Sintetizando o sistema de cidade encarnado na metrópole contemporânea é a expressão fiel da “falta”. Mas não é por acaso que a “falta” eclode como violência, medo, homicídio, neurose, anomia, psicose, stress, competição, narcisismo, hedonismo, fome, desigualdade social, conturbação de ritmos, epidemias, covardia, ruindade, desemprego, vigilância etc.; essa falta é instituída pela sociedade capitalista.

O que falta no ambiente da “falta”? Faltam comida, emprego, civilidade, ética, lazer, cultura, moradia, transporte, água tratada, rios límpidos, tratamento do lixo, escolas, universidades, hospitais, paz, criação, solidariedade, afeto, alegria, compaixão, moral... Faltam e transbordam. É por isso que a cidade da “falta” é a cidade do conflito.

Dois aspectos, tratados com esmero por autores do estudo da metrópole, como Corrêa (1997) e Souza (2000), se colocam nesse paradoxo entre “falta e transbordamento”, ou no jogo de palavras de Rolnik & Guattari (1996), segundo o qual a cidade é um luxo e um lixo, um luto e uma luta. São eles: a fragmentação do tecido espacial metropolitano e o descontrole gestonário desses ambientes plurais e múltiplos.

A fragmentação alimenta a teoria espacial de Santos (1978), para quem “o espaço é uma somatória de tempos desiguais”. Alimenta-a e prova-a. Esses tempos estão unidos no universo da metrópole como abundância e fome, desperdício e um conjunto variado e enorme de objetos do mundo atual, vitrines e latrinas, esgoto a céu aberto, WCs dos *shoppings*, parques urbanos com trilhas cheias de camisinhas, maconhódromos, piscinas privadas em arranha-céus de vinte andares, academias sofisticadas, pistas de *footing*, restaurantes de angu e feijão-tropeiro e café-teatro de caviar e salmão, pit-dog com maionese caseira no sem-fim das esquinas, come-em-pé, pastéis de feiras, garapa de cana, energéticos americanos, caixa de engraxate, caixas eletrônicos 24 horas...

O que se tem é que o território da metrópole é fragmentado num conjunto vasto de territórios particulares, são os mapas superpostos dessa cartografia de fluxo e de contradição metropolitanos. A fragmentação ensina: o ambiente da metrópole acolhe mil cidades numa única, mil tempos num único espaço, mil sujeitos numa mesma estrutura.

Vale dizer, realçando o que Villaça (1997) pensa sobre os desafios da gestão

na seara metropolitana. Nesse ambiente pulverizado, os problemas tornam-se quase incontroláveis porque são sugeridos e provocados por sujeitos em seus territórios. Isso desafia o gestor, aborda-o com uma infinidade de problemas cotidianos e recorrentes. Mas ele tem – e terá – imensa dificuldade em resolvê-los. O que fazer?

Escolher uma via tecnocrática e desprezar o afeto, o desejo, a subjetividade, a política, a ideologia, a imagem é dispensar o que é mais essencial nesse ambiente. Pôr-se contra a informação, o registro, o banco de dados, o diagnóstico, a técnica, a qualidade, o controle é ignorar as variáveis que conformam esse mundo metropolitano. Apegar-se apenas à ideologia ou apenas à razão técnica e instrumental, desvinculando o ser metropolitano do fazer na metrópole é igualmente um exercício retrógrado sobre as conquistas humanas no século XX.

Se há um território fragmentado numa cidade da “falta”, característica demolidora dos planos de gestão desse espaço em fluxo, que tipo de intervenção fecundadora pode ser feita pelos que querem, no espaço da metrópole, encadear o som e o sentido da vida?

A cidade da falta é a cidade da luta

O corpo e seus atributos. O ver, as mãos tateadoras e obreiras, o olfato. O nome próprio e seus derivados na multidão. Ouvir as sirenes da fábrica, da escola, do exército, da guerra na TV. Perceber o outro e não reconhecê-lo como “um-seu”. A memória, os gostos, a inibição, a individuação sexual, biológica, orgânica, fisiológica. A normalização e os preceitos institucionais: do IPTU, das taxas de energia elétrica, da água e do IPVA. Como querem Rolnik & Guattari (1996), o tecido urbano é atravessado por uma gama de movimentos e situações que pode ser sintetizada nessa palavra de todos os tempos: a vida.

Cuidar da cidade, gestioná-la, dirigi-la, intervir nela, pensar o seu ambiente é constituir a vida. Por isso, é razoável o pressuposto: o homem fecunda a cidade para fecundar-se a si mesmo num laço – e num lastro – de abertura e de encontro. Se a cidade da falta é um ambiente do fragmentário, usina perigosa contra a vida, um axioma pode ser evocado: a cidade da “falta” deve ser a cidade da luta.

Engessados no mundo da representação institucional, os partidos políticos, a governância, o Estado, o executivo e outras modalidades complementares, como o aparelho jurídico e os agentes legislativos, pouco podem fazer autonomamente. Como a voz de um sistema abstrato, esses atores e agentes, em que pesem as

diferenciações em seu interior quanto ao conteúdo de classe, ideologia, proposta ética, competência técnica e cognitiva, estão fadados a andar na linha do trem sistêmico.

Cabe, em decorrência disso, ao movimento social organizado ser a energia que percola no fundo, no íntimo e na base da consecução do espaço e da vida. Cabe a ele ser a voz contra o sistema, por ser a favor da vida. E ser ele mesmo a vida que arrola a política como fator de participação, de parceria, de interrogação e de decisão.

Fora dos eixos dos paradigmas institucionais e livre da vigilância ideológica, embora aprendendo e usando a ideologia como teor essencial de sua ação, o movimento social possui o dever de ver a “falta” na sua amplitude vital, onde a realidade sangra, grita, pede socorro. E com possibilidade criativa e comunicativa, o leque desse ver abrangente – e situado – lhe faculta agir no singular, entrelaçando-se às forças universalizadoras e totalizantes. Aliás, ai daquele movimento que ignora a metrópole como espaço totalizante; e igualmente, ai daquele movimento que se prende ao seu generalismo abstrato.

Como lutar se aprende lutando, ao movimento social deve-se a pedagogia terrestre que emparelha os olhos e as mãos nas cicatrizes do espaço, a exemplificar: contra os leitos cheios de lixo e bactérias, contra as erosões e o esgotamento dos mananciais, a luta pelas reservas e pelos sítios históricos, a valorização do patrimônio cultural, a edificação de oficinas de debates, a aprendizagem dos “fazeres e dos saberes remotos”, a atenção ao ar da cidade, aos caminhos e aos combalidos diariamente pela lei da acumulação capitalista, como prostitutas, loucos, cancerosos, desempregados, drogados, e toda sorte de seres violentados.

O movimento social deve-se abrir, portanto, à unidade. Quando corporificado numa rede de diálogo pedagógico e de ação política, unido e solidário, ele pode enfrentar os detratores privados e exigir dos gestores anêmicos mais cuidado com a vida e com os ambientes, e a compreensão do ambiente urbano e cidadão como esfera da vida que deve ser criada e concebida como o lugar do encontro, do encanto, do canto, do culto, do cultivo, da cultura, do cuidado, da ação, da reação, da razão, da mente, do momento, do conhecimento, da moradia, do amor e da potencialidade humana revitalizada – e articulada –, em que os diferentes se alegrem por não serem iguais, e os exploradores sejam combatidos por criarem as desigualdades.

O espaço da Colônia Santa Marta: vida e ação

Segundo Tomé (2002), o ambiente da Colônia Santa Marta deve ser aludido mediante três setores que o conformam: o histórico, o cultural e o humano. Trata-se de pensar a filosofia do hospital-asilo com base nos seguintes tópicos: (1) a inserção da comunidade de hanseníase numa nova modalidade de cura, que prime pela inserção das pessoas na criação de artefatos espirituais e materiais, colocando-se contra o parasitismo e contra a simbolização assistencialista; (2) a relação com os agentes das vilas populares do entorno e com os localizados dentro da área da Colônia, a fim de estabelecer planos de manejos do ambiente e de recuperação de espécies animais e vegetais, com o fortalecimento de cordões de força que lutarão contra a tomada da área, mediante a concepção de “fora” e “falta”; e (3) a transformação da imensa área verde (mais de 70 alqueires) em APA (Área de Proteção Ambiental). Especialmente esse tópico deve unir todos os segmentos: a direção institucional da Colônia, os membros da comunidade e os agentes e lideranças das vilas populares.

Essa orientação, segundo Tomé (2002), deve ser apenas um pontapé do percurso em que as ações deverão acontecer. Ou seja, mais importante que isso, é criar um funcionamento ativo, mobilizador, criativo, inventivo, interativo. Tudo isso pensando no patrimônio maior, que é a metrópole goianiense. A inseparabilidade do ambiente da Colônia Santa Marta de Goiânia se opõe ao modelo fragmentário da cidade, e ao mesmo tempo invoca possibilidades futuras ligadas ao ambiente criado da cidade, como a criação de um parque, de laboratórios vivos, de entidades culturais, de um museu do cerrado, de um espaço de organização de ONGs, associações, sociedades civis e demais movimentos sociais e mobilizadores, como universidades alternativas, por exemplo, a do idoso, do ambiente etc.

Contribuir para que a potência vital da comunidade de hanseníase seja criadora, dotá-la de vivacidade, fazê-la interagir com os agentes das vilas populares, salvaguardar seu patrimônio histórico-cultural, oferecer-lhe proteção, conservação e preservação da biodiversidade urbana do cerrado são solicitações prementes de uma ação ou de um conjunto de ações que levem em consideração a luta pela vida no espaço da “falta”.

O conjunto de reflexões apresentadas neste trabalho pode ser assim resumido: transformar o espaço fragmentado de um ambiente hostil, como é o regime metropolitano atual, em uma potencialidade articulada num ambiente criativo. Isso é que fundamenta as nossas ações. A cidade e o espaço metropolitano goianiense

como atributos da vida se colocam no horizonte de nossa preocupação política. Mas a política, destronada de sua maquinação, usando a linguagem de Rolnik & Guattari (1996), não pode fluir distante da emoção, do sentimento, da vivência, da experimentação, do risco, da ousadia.

Transformar a colônia em mero receptáculo representativo de dogmas, doutrinas e programas coíbe a energia mutacional que existe na potencialidade humana, envergando-a tão-somente aos pleitos populistas e assistencialistas. Em contrapartida, gerar sujeitos no âmbito do ambiente, palmilhando as trilhas do próprio fazer com mãos e olhos interrogadores, abre uma nova direção gestonária na conduta da metrópole: uma gestão em que a participação e a decisão não sejam exclusivas de representantes instituídos juridicamente, mas a porta aberta ao sempre-*vir* da história desses sujeitos, que somos nós no mundo do aqui e do agora.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MORIN, Edgar. *Complexidade e ética da solidariedade*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- ROLNIK, R.; GUATTARI, F. *Cartografia do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SOUZA, M. Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,